

A passos lentos: pesquisas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres na mídia em teses e dissertações do Brasil (2015-2023)

Michely da Silva Alves

Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imperatriz, MA, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9323-5612>

Thaís Cristina Bueno

Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imperatriz, MA, Brasil
ORCID <http://orcid.org/0000-0002-7048-3920>

Resumo

Este trabalho tem por objetivo delinear o cenário das pesquisas científicas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres na mídia, agrupando o contexto de gênero e raça nos espaços midiáticos, como principal ponto de referência investigativa. Propõe-se ainda ser uma atualização/continuidade das discussões propostas por Tomazetti, que investigou as dissidências genealógicas sobre os estudos de gênero no campo da comunicação no qual verificamos não abranger, especificamente, jornalistas (sob a ótica de gênero e raça), mas atenta-se para novas problematizações. Por esse motivo, sucedeu-se um breve levantamento das pesquisas desenvolvidas em teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo, entre os anos de 2015 e 2023 no Brasil. Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Para os devidos fins, empregamos o método da Análise de Conteúdo, a partir das orientações de Bardin, que visa obter, categoricamente, a descrição do conteúdo e a exploração do material a ser analisado. Constata-se a presença de quatro teses e dezesseis dissertações que se aproximam do objetivo proposto. Em suma, verificou-se que pesquisas sobre jornalistas mulheres ainda estão ratificadas em torno do objeto analítico apenas do gênero. Concluímos que apenas uma pesquisa, defendida no mestrado profissional em jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, analisa, de fato, jornalistas negras na mídia, sem a conjuntura somente do gênero ou apenas da raça. Patenteia-se, por assim dizer, a urgência acerca deste objeto nas pesquisas de pós-graduação no país.

Palavras-chave

jornalistas negras; jornalistas mulheres; teses; dissertações

1 Introdução

Estudos sobre gênero e raça estão, gradativamente, ganhando notoriedade nas pesquisas científicas dos Programas de Pós-graduação do Brasil (Massuchin; Cavassana, 2022). Na área da comunicação, por exemplo, reúnem-se cerca de dezenove mil pesquisas que estão tanto no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, quanto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos principais Repositórios das Instituições de Ensino Superior (IES) sob a ótica desta temática (Mendes; Queirós; Silva, 2021).

Verifica-se, no entanto, diferentes apontamentos para estas pesquisas, isso porque a área da comunicação trabalha, frequentemente, com a interdisciplinaridade, ou seja, referindo-se, sobretudo, “[...] à emergência de novas temáticas que começam a ser estudadas a partir do referencial das áreas já constituídas, sendo o objeto que sofre diferentes olhares” (França; 2001, p. 6) e as múltiplas abordagens e direcionamentos em torno dos (as) sujeitos (as) presentes nos estudos da comunicação e, por ora, no jornalismo.

Conforme a Plataforma Sucupira (CAPES, c2022), que é um “[...] sistema de apoio fundamental para o desenvolvimento, gestão, controle e avaliação das atividades relacionadas à pós-graduação brasileira” (Maia; 2020, p. 20), há um total de oitenta e sete (87) Programas de Pós-Graduação em Comunicação, divididos em: mestrado (21), mestrado profissional (18); e, por fim, mestrado e doutorado (48). Já em relação aos cursos de pós-graduação em comunicação, ou seja, definido pela Plataforma como “Áreas de Concentração” ou “Linhas de Pesquisa”, somam-se 132 cursos, sendo tais: mestrado (69), doutorado (45) e mestrado profissional (18).

Nesta ocasião, os estudos sobre as questões de gênero, especificamente, vêm sendo um dos mais contemplados nas produções científicas dos programas de pós-graduação em comunicação (Escosteguy, 2020). Isso nos remete às linhas de interesse de quem produz pesquisa no Brasil, evidenciando, por assim dizer, todas as áreas do conhecimento, visto que em termos de educação superior “[...] as mulheres são a maioria nos cursos de pós-graduação com aproximadamente 175.419 mil pesquisadores matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado” e que passam “[...] a questionar as próprias teorias que explicam o mundo social, suas organizações, seus sujeitos” (No Brasil [...], 2017). De todo modo, “[...] ao

questioná-las, foi natural que desenvolvessem estudos e propusessem novos conceitos” (Lago; Lago; Martinez, 2020, p. 9).

Embora “[...] a participação feminina na produção científica seja uma realidade, existe uma série de desafios para uma plena igualdade de gêneros” e de raça, “[...] inclusive na ciência e na pós-graduação” (No Brasil [...], 2017), o que chama atenção dos pesquisadores (as) para a aplicação e o cruzamento destes dois objetos (gênero e raça) no desenvolvimento do conhecimento científico.

Compreende-se, entretanto, que, apesar do crescimento desses saberes teóricos e epistemológicos em relação a intersecção de gênero e raça no campo acadêmico, especialmente na pós-graduação em comunicação (Escosteguy; Messa, 2008), ainda detemos de poucas pesquisas que conectam mulheres negras, enquanto profissionais de comunicação, nos espaços midiáticos. Destarte, consideramos propício delinear este cenário acerca das pesquisas de teses e dissertações sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres na mídia, até mesmo, pesquisas que se aproximam do objeto proposto.

Assim, buscamos realizar um breve levantamento das teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação, a partir das inclinações analíticas de Tomazetti (2019), que apresentou o mapeamento da temática entre os anos 1972 a 2015. Optamos em dar continuidade às concepções de Tomazetti (2019), acrescentando, para além dos estudos de gênero, o contexto racial sobre as jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres nos espaços midiáticos entre os anos de (2015-2023).

A coleta foi efetuada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) apoiada nas seguintes palavras-chave: “jornalistas negras”; “jornalistas mulheres”; “profissionais nos espaços midiáticos”; “identidade negra na mídia” e “gênero e raça na mídia”.

Posteriormente, coletamos 20 produções científicas, sendo quatro teses e 16 dissertações. Os trabalhos foram analisados através do método proposto pela Análise de Conteúdo (AC), a partir das orientações de Bardin (2011), que nos direcionam aos seguintes elementos de investigação: pré-análise; exploração do material e; enfim, a interpretação dos resultados obtidos. Determinamos, nesse sentido, quatro categorias analíticas, sendo: (1) número de trabalhos sobre jornalistas negras e jornalistas mulheres na mídia (essa distinção se deve pelo fato de que muitos trabalhos utilizam apenas as vertentes teóricas de gênero); (2) classificação geográfica dos PPGs; (3) palavras-chave presentes nas teses e dissertações e (4) técnicas de pesquisas utilizadas.

O corpus deste artigo traz algumas reflexões sobre o cruzamento dos objetos (gênero e raça) e as aproximações teórico-metodológicas nas pesquisas em comunicação, sendo estruturado da seguinte forma: a inserção de gênero e raça nas pesquisas em comunicação na América Latina, especificamente no Brasil, apontando as rotas já percorridas; as referências das literaturas internacionais para a área; e as diferentes aplicações científicas dentro do campo da comunicação, e por ora, do jornalismo.

Em seguida, apresentamos os resultados sobre a temática através do repertório de teses e dissertações encontradas entre os anos de 2015 e 2023. Por fim, destacamos algumas considerações finais e possíveis direcionamentos sobre a introdução de jornalistas negras em pesquisas futuras de pós-graduação.

2 Em rota: inserção de gênero e raça nas pesquisas em comunicação no Brasil

Embora nosso objetivo seja categorizar as especificidades das pesquisas de pós-graduação sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres, enquanto profissionais da comunicação junto a sub-representação feminina e racial na mídia (Lopes, 2017), destacamos aqui a necessidade de nos voltarmos para a inserção de gênero e raça nas pesquisas em comunicação e as possibilidades no campo, ou seja, o contínuo desenvolvimento no saber científico diante do objeto.

No primeiro momento, esta seção se dedica a elucidar a chegada dos estudos de gênero na América Latina e, propriamente, no Brasil a partir das suas vertentes teóricas, de caráter nacional e internacional, na comunicação e no jornalismo. Em seguida, debruçamos em aproximar os estudos de gênero e as intersecções de raça nas produções e, consequentemente, nas trocas de conhecimento entre pesquisadores (as) através das conferências/congressos acadêmicas (os).

À medida que a prática interdisciplinar se intensifica nas ciências sociais, especificamente quando aplicada na área da comunicação, muitas são as diligências que atravessam as origens, teorias, metodologias e as diferentes abordagens no campo. É a partir disso que se faz necessário entender os fenômenos e o comportamento nos estudos em comunicação em torno de novas descobertas, sobretudo, na América Latina que resiste à colonialidade do saber, sendo, pois, a subalternização epistemológica e os discursos hegemônicos determinados pelo berço ocidental (Maldonado-Torres, 2019; Ballestrin, 2013).

Segundo Berger (2001, p. 241), temos que direcionar as produções acadêmicas para além das corroborações teóricas, abrangendo, pois, as “[...] demandas políticas e sociais, mais do que inquietações científicas, o que impulsiona a produção de conhecimento em comunicação na América Latina”. No atual contexto, “[...] a pesquisa em comunicação é realizada nos programas de pós-graduação – mestrados e doutorados – reivindicando o percurso e a tradição de compromisso social já sedimentada” (Berger, 2001, p. 271), isso porque “[...] ainda nos anos de 1970 não existia o entendimento de que a comunicação podia ser objeto de estudo acadêmico no Brasil” (Escosteguy, 2020, p. 109).

Outrossim, compreende-se que “[...] a constituição do campo acadêmico-científico da comunicação no Brasil se sobressalta, portanto, a partir dos anos de 1990” (Kunsch; Gobbi, 2016). Ocorre-se pela relevância, quantitativa e qualitativa, dos cursos de graduação e pós-graduação no país e pela interdisciplinaridade com outras áreas, atraindo novos olhares e sentidos, assim como a inserção de gênero e raça na construção das ciências.

O quão notável é a forma como o gênero, enquanto objeto de estudo, vem se integrando nos espaços de discussões e na produção científica, visto que “[...] gênero é utilizado para designar o papel social” e que “[...] o emprego da palavra facilitou a observação das relações entre feminino e masculino e foi ponto de apoio na composição de subjetividades políticas, públicas e/ou relacionais” (Spizzirri; Pereira; Abdo, 2014, p. 42). Ressalta-se que o termo foi originado no campo das ciências da saúde por Robert Stoller que publicou o livro *Sexo e Gênero: o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade* em 1968 e, até os dias de hoje, estabelece outras releituras e interpretações acerca do conceito.

Sob efeito, Escosteguy (2020, p. 110) analisa que em termos da pesquisa em comunicação a palavra “gênero marca presença nos estudos de mídia nos anos 1990, ainda que não ganhe densidade conceitual, funcionando muito mais como mera etiqueta”. O termo se destaca, excepcionalmente, a partir da obra de Joan Scott (1995), intitulada *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, sendo esta, pois, “[...] significativamente referida no Brasil e em outros países latino-americanos como elemento constitutivo do gênero, locus primeiro das relações de poder” (Lago; Lago; Martinez, 2020, p. 11).

Outra autora importante na discussão teórica de gênero no mundo, especificamente no Brasil, é a filósofa estadunidense Judith Butler. A obra intitulada *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* foi lançada, originalmente, nos Estados Unidos no ano de 1990 e traduzido no Brasil em 2003 – e problematiza a identidade da mulher e os aspectos da

performatividade de gênero, termo criado pela autora, que busca refletir sobre o comportamento de homens e mulheres na sociedade.

Evidencia-se, por assim dizer, que mesmo utilizando a literatura internacional como viés investigativo, os estudos de gênero iniciaram no Brasil à sombra da categoria mulher, “[...] depois, de modo mais abrangente, com uma agenda voltada, de fato, ao gênero” (Massuchin; Cavassana, 2022, p. 202). Ademais, observa-se através da literatura internacional que, mesmo ganhando sucessiva notoriedade na área da comunicação, os estudos de gênero apontam “[...] poucos trabalhos que relacionam mídias digitais e gênero” e a “[...] predominância de estudos sobre entretenimento” (Massuchin; Cavassana, 2022, p. 201).

Já no que se refere a literatura nacional, Massuchin e Cavassana (2022, p. 201, 204) efetuaram “[...] alguns mapeamentos importantes da produção mais específica – sobre mídia, política e gênero (Sarmiento, 2013) e sobre jornalismo e gênero (Tavares, 2018)”, apontando o crescimento destas produções científicas para outros tipos de investigações na qual identifica, por sua vez, que “[...] as pesquisas sobre Gênero em estudos do Jornalismo ainda é relativamente baixa a quantidade de investigações na área”.

Antes disso, Escosteguy e Messa (2008) já haviam analisado a presença da temática entre os anos de 1992 e 2002 nas teses e dissertações apresentadas nos programas de pós-graduação no país, isto é, verificando os avanços das pesquisas na área da comunicação em torno do gênero, classificando-os em três momentos distintos, sendo tais:

1) Luzes, câmera, mensagem (1992-1996): investigação centrada na mensagem objetiva compreender e analisar o universo feminino, incluindo um olhar sobre a ideologia aí implicada; 2) A hora e a vez do receptor (1997-1999): partindo da corrente de pesquisa instaurada em meados dos anos 80 na América Latina que objetivava conhecer o receptor, conhecer a comunicação como um processo de interação e; 3) As muitas representações do feminino (2000-2002): constituindo-se as diferentes esferas da temática de gênero, como por exemplo, o perfil das mulheres como produto ficcional (telenovela, revistas, comerciais, etc.), restringindo-se a investigar as representações midiáticas, [isto é, quem são as personagens ou as intérpretes nos veículos de comunicação ou na mídia em si] (Escosteguy; Messa, 2008, p. 70, 74).

À vista disso, já se compreende a carência nas pesquisas de pós-graduação em comunicação sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres como centro de análise, isso porque, as representações midiáticas nos “[...] estudos em jornalismo são esparsas e parecem

não acompanhar a tendência dos estudos de gênero que impregnam campos disciplinares próximos” (Lago; Lago; Martinez, 2020, p. 16).

Nessa perspectiva, observa-se a dedicação dos pesquisadores da área em entender como os estudos de gênero estão incorporados e tensionados nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação no Brasil. É o que investiga a tese de doutorado de Tainan Pauli Tomazetti, intitulada de *Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) em 2019 (Tomazetti, 2019).

De fato, houve um crescimento dos estudos de gênero na área da comunicação ao longo desses quarenta e três anos de análise (1972-2015), como bem aponta Tomazetti (2019). Contudo, dados revelam certo distanciamento na aplicação teórico-metodológica em torno do objeto de estudo em determinados trabalhos analisados, ou seja, a ausência das principais categorias de análise que incluem estudos sobre mulheres, homens, feminismos, queer, política etc., como por exemplo:

[...] cerca de 13,9% das pesquisas de gênero realizadas nos PPGs em comunicação entre 2010 e 2015, não apresentou nenhuma referência aos estudos de gênero, mesmo utilizando-se recorrentemente dessa expressão ou apontando um recorte de gênero na condução da pesquisa (Tomazetti, 2019, p. 184).

Por outro lado, o desenvolvimento das pesquisas de gênero no campo da comunicação salientam a importância de nos aprofundarmos do objeto, isso porque “[...] a maioria dos campos de conhecimento social, por sua vez, não é postulada por um compartimento da sociedade, mas sim, por um ângulo específico de reflexão da mesma”, ou seja, a partir do “[...] aumento de pesquisas de gênero e comunicação de teses e dissertações defendidas na área é proporcional a um melhor entendimento acerca da mesma” (Tomazetti, 2019, p. 43), redirecionando, assim, diferentes fundamentações teóricas e empíricas. A tabela 1 mostra o percentual de estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação entre os anos de 1972 e 2015.

Tabela 1 - Total de teses e dissertações em comunicação *versus* percentual de estudos de gênero (1972-2015)

Períodos	Teses/Dissertações defendidas	Estudos de gênero	%
1972-1989	619	13	1,9%
1990-2000	2.288	49	2,1%
2001-2009	5.715	158	2,7%
2010-2015	4.643	94	2,0%
Total	13.265	314	2,36%

Fonte: Tomazetti (2019).

Os dados acima apresentam o avanço, gradual, das pesquisas de pós-graduação em comunicação aos estudos de gênero, podendo ter diferentes apontamentos e intersecções. Postula-se, todavia, que algumas destas pesquisas de teses e dissertações, analisadas por Tomazetti (2019), apresentam certas junções com outras temáticas, como por exemplo: raça e etnia. Para uma melhor compreensão, Lago, Lago e Martinez (2020, p. 11) apontam que os “[...] estudos de gênero, portanto, são interseccionais, pois as diferenças de gênero são sempre perpassadas por outras diferenças, de raça/etnia, de classe, de idade, entre outras”, podendo ter diferentes observações na produção científica.

Os estudos sobre as noções de raça, racismo e etnia estão quase sempre interligados às questões de gênero. A raça, como instrumento de análise, começou a fazer efeito nas pesquisas em comunicação através das perspectivas identitárias e das desigualdades sociais presente nos espaços midiáticos, principalmente, nas plataformas digitais no que se refere às redes sociais. Desse modo, temos de problematizar e analisar esses contextos através das demandas políticas e sociais que são fomentadas pelos discursos e narrativas da ciência e sociedade, como bem argumenta Bairros (1995, p. 460), apontando que “[...] a ênfase na experiência levou a afirmação de que o pessoal é político” e que se posicionar cientificamente viabiliza certos resultados.

Na tentativa de inserir gênero e raça nas categorias de análise das ciências sociais, surge, por assim dizer, o conceito de interseccionalidade, termo cunhado pela pensadora negra Kimberlé Crenshaw (1991, p. 1253), sendo, pois, “[...] um lugar de resistência para membros de diferentes grupos subordinados, moldando as agendas políticas conflitantes e as múltiplas dimensões das experiências”. Autoras como “[...]Audre Lorde (1983); Bell Hooks (1984); Patricia Hill Collins (1990); Avtar Brah (2006) e Angela Davis (2017)” (Ignacio, 2020) se destacam no fortalecimento da teoria e nas práxis dos movimentos.

No Brasil, a professora e intelectual negra Lélia Gonzalez “[...] antecede o que chamamos de interseccionalidade, ao traçar as experiências das mulheres negras na conjugação das opressões”, sobretudo, nas representações midiáticas (Goes, 2019, p. 2). Da mesma forma, subscrevem nesse cenário nomes marcantes como: Sueli Carneiro e Thereza Santos (1985); Luiza Bairros (1995); Djamila Ribeiro (2019); Carla Akotirene (2020) e Beatriz Nascimento (2021).

Cabe ressaltar que interseccionalidade é “[...] antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (Akotirene, 2020, p. 63), não se resumindo apenas ao conceito de sistematização das diferentes identidades sociais, mas sendo compreendido como uma “[...] ferramenta teórica e metodológica que estilhaça as estruturas de opressão” (Goes, 2019, p. 5).

Segundo Cerqueira, Lago e Nonato (2022, p. 1), a interseccionalidade “[...] aponta para os silenciamentos de grupos e corpos dissidentes da norma, para a invisibilidade de suas experiências, epistemologias, de suas existências, enfim”. Denota-se que a área da comunicação, como o jornalismo, rádio, mídia etc., estão participando ativamente dessa agenda de pesquisa através dos grupos, integrados por docentes e discentes no âmbito acadêmico, principalmente dentro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e Programas de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor).

Conforme o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), um “[...] inventário dos grupos em atividade no país” (Buscar [...], 2023), registra-se cerca de dez grupos de pesquisa e extensão na área da comunicação que trabalham exclusivamente com a temática “comunicação, gênero, raça e feminismos”. Salientamos três como exemplo: Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero (UEPG) (CNPq, 2010), formado em 2010 pela professora doutora Karina Janz Woitowicz; Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero – Coragem (UFMG) (CNPq, 2018), criado em 2018 pela professora doutora Laura Guimarães Corrêa; e Grupo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos – Maria Firmina dos Reis (UFMA-Imperatriz) (CNPq, 2019), fundado em 2019 pela professora doutora Michelly Santos de Carvalho, que recentemente recebeu o Prêmio Luiz Beltrão (2022) na categoria Grupo Inovador por sua contribuição acadêmica pelas atividades em pesquisa e extensão.

Do mesmo modo, destacamos aqui os dois principais congressos que debatem pesquisas em comunicação e sua interdisciplinaridade acadêmica e que incluíram na lista de Grupos de Trabalhos (GT) e/ou Grupos de Pesquisa (GP) temas como Comunicação, Gênero,

Raça e Interseccionalidade, sendo: (1) Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM); e (2) Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS).

Em relação ao Intercom, observou-se entre os pareceristas da Sociedade a necessidade de se discutir nos eventos de ciências da comunicação os estudos que abordassem integralmente ou, até mesmo, o cruzamento entre raça, pensamento decolonial e a interseccionalidade na comunicação. Nessa direção, dois grupos de pesquisa, dos trinta e três, foram incluídos nas atividades da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) sob a ótica de gênero e raça, sendo:

1) GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico: contemplando pesquisas e estudos que abordem temáticas como: a) Representatividade racial no jornalismo, relações públicas, publicidade, cinema e audiovisual; b) Políticas de comunicação e diversidade racial; c) Racismo algorítmico; d) Tecnologias digitais, vigilantismo e racismo; e) Imprensas negras e indígena; e) Raça, identidade e interseccionalidade, entre outros. **2) GP Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades:** Busca-se reunir estudos que considerem as variáveis de gênero, sexualidade, raça, etnia, territorialidade e classe social, de forma interseccionalizada (Intercom, 2021).

Quanto a Compós, a decisão sobre a inserção destas temáticas nas pesquisas em comunicação ocorreu-se a partir do “[...] objetivo em oferecer um espaço de interlocução e debate entre os pesquisadores” (Compós, 2020a) em torno das questões emergentes e o fortalecimento nesse contexto interseccional. Assim como os Grupos de Pesquisa (GP) do Intercom, a Compós dividiu os Grupos de Trabalhos (GT) em dois:

A) Comunicação, Gêneros e Sexualidades: estudos sobre os gêneros e as sexualidades em interlocução com o pensamento comunicacional: aspectos epistemológicos, teóricos-conceituais e metodológicos. Reflexões sobre gêneros e sexualidades nos produtos e nos processos comunicacionais em suas dimensões históricas, políticas, éticas, estéticas, culturais, subjetivas, identitárias, trans-identitárias, pós-identitárias, de mobilização sociais, de violências, dentre outros. **B) Comunicação, Raça e interseccionalidades:** necessidade de aprofundamento do debate racial no campo da comunicação. O GT propõe configurar-se como um espaço para a articulação de perspectivas, teorias, estudos de caso, ferramentas conceituais e teórico-metodológicas em prol do pensamento a respeito dos regimes midiáticos e das interações sociais contemporâneas, com o foco nas questões étnico-raciais e seus entrecruzamentos identitários. Pensar comunicação, raça e interseccionalidade é marcar a importância de entender as nuances, a história e os regimes por vezes ocultos ou invisibilizados, concretos e

simbólicos, que fundamentam as experiências raciais na comunicação contemporânea (Compós, 2020b).

Até o momento, abrangemos nesta seção a introdução dos estudos de gênero e raça nas pesquisas em comunicação. Cabe ressaltar, no entanto, que nosso principal objetivo nesse recorte foi: (a) apresentar algumas possibilidades na área da comunicação, salientando brevemente as bases epistemológicas instituídas na América Latina, especificamente no Brasil; (b) destacar o contexto de interdisciplinaridade nos estudos em comunicação, apontando as temáticas de gênero (origem do termo e principais autoras) e as noções de raça (vertentes teóricas e autoras importantes no processo da interseccionalidade); (c) apontar o levantamento de teses e dissertações sobre gênero nos programas de pós-graduação em comunicação e a aplicação deste objeto principalmente no entretenimento, a partir das considerações de Tomazetti (2019); (d) mostrar os avanços dessas temáticas nos espaços de discussões em grupos de pesquisas e extensão presentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nos congressos acadêmicos que continuam em rota no Brasil.

Ademais, observamos que as pesquisas de gênero e raça em comunicação estão moldadas, predominantemente, por outras vertentes analíticas, como por exemplo: estudos sobre mulheres no entretenimento, discussões teóricas e aprofundamento bibliográfico, estudos feministas etc. Existem poucos registros de trabalhos de mestrado e doutorado nos programas de pós-graduação que utilizam, como centro de análise, jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres como sujeitas de estudo (Massuchin; Cavassana, 2022).

Para tal objetivo, optamos por delinear o cenário das pesquisas sobre jornalistas negras e/ou de jornalistas mulheres na mídia no tópico a seguir, intitulado *Mulheres jornalistas: deslocamentos nas pesquisas de pós-graduação (2015-2023)*, nos voltando essencialmente às pesquisas científicas de mestrado e doutorado do país que utilizaram mulheres jornalistas como sujeitas de estudo com diferentes abordagens teórico-metodológicas. Para Lélia Gonzalez (2020, p. 296), “[...] há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres [principalmente negras] que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria”, visto que o jornalismo tem rosto de mulher.

3 Mulheres jornalistas: deslocamentos nas pesquisas de pós-graduação (2015-2023)

Inicialmente, as autoras deste trabalho se propuseram a elencar teses e dissertações que empregassem apenas jornalistas negras, mas à medida que notamos a ausência desse recorte nas pesquisas de pós-graduação, isto é, profissionais negras nos espaços midiáticos enquanto sujeitas de estudo em trabalhos de mestrado e doutorado, voltamo-nos em adicionar também “jornalistas mulheres” junto à “jornalistas negras” como critério de busca em torno do objeto. Como discutido na seção anterior, as pesquisas sobre gênero e raça estão direcionadas mais para os estudos teóricos, sendo, pois: feminismos plurais, interseccionalidade e representações do gênero que estão, sobretudo, relacionadas ao entretenimento e não, necessariamente, ao jornalismo em si.

A partir disso, a coleta foi efetuada tanto no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, quanto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre os dias 26 de julho de 2023 e 10 de agosto de 2023, ou seja, totalizando quinze dias para o recolhimento do material nos repositórios. Por conseguinte, utilizamos como parâmetro de busca cinco palavras-chave na tentativa de englobar diferentes análises e aplicações teóricas, tais como: “jornalistas negras”; “jornalistas mulheres”; “profissionais nos espaços midiáticos”; “identidade negra na mídia” e “gênero e raça na mídia”. Identificamos que boa parte das pesquisas selecionadas no catálogo da Capes se encontram também na Biblioteca Digital, reforçando as baixas produções científicas nos programas de pós-graduação sobre essa temática.

De início, delimitamos o período de dez anos entre 2013 e 2023, mas tivemos que alterar pela ausência de trabalhos acerca do recorte do objeto. No momento da coleta, identificamos dois trabalhos de mestrado, ambos da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), defendidos no ano de 2001 que analisaram mulheres jornalistas, sob a ótica apenas do gênero, sendo: (1) *Mulheres jornalistas*, da pesquisadora Iara de Jesus Dias (2001); e (2) *Repórteres Pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral*, do pesquisador Alex Criado (2001).

A dissertação de Iara de Jesus Dias, por exemplo, já apontava categoricamente a necessidade de investigar jornalistas mulheres, ou melhor, “mulheres jornalistas” como bem é definido no título do trabalho da autora, nas pesquisas de pós-graduação em comunicação e “[...] lançar uma luz na entrada maciça de mulheres dentro da profissão jornalística,

sobretudo, no campo científico” (Dias, 2001). Outrossim, a dissertação de Alex Criado resgata a trajetória de três mulheres jornalistas, destaque no título do autor, que investiga “[...] a presença feminina nas empresas jornalísticas, em meados do século vinte na imprensa brasileira, o que lhes confere um caráter pioneiro” (Criado, 2001).

Após essas duas dissertações defendidas em 2001, destacamos o retorno preciso desse objeto nas pesquisas de pós-graduação em comunicação e jornalismo no ano de 2015, caracterizando outros apontamentos e discussões. Por esse motivo, levantamos o material de teses e dissertações entre os anos de 2015 e o primeiro semestre de 2023. Salientamos que o objetivo desse tópico é delinear o cenário das pesquisas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres, como já mencionado anteriormente, e apontar os deslocamentos dessas pesquisas, isto é, os direcionamentos diante de novas corroborações científicas.

Para tal propósito, coletamos 20 trabalhos de pós-graduação, sendo quatro teses e 16 dissertações. Os trabalhos foram analisados através do método proposto pela Análise de Conteúdo (AC), a partir das orientações de Bardin (2011), que direciona os seguintes elementos de investigação: pré-análise; exploração do material e; enfim, a interpretação dos resultados obtidos.

Compreende-se que a técnica metodológica da Análise de Conteúdo (AC) é bastante utilizada nas pesquisas sociais, especificamente nas pesquisas de jornalismo, isso porque a autora elaborou, minuciosamente, um manual de aplicação no desenvolvimento da análise para investigar jornais impressos. A partir disso, outros estudos começaram a adaptar seus objetos através da esquematização originada por Bardin (2011), visto que a Análise de Conteúdo pode ser definida como:

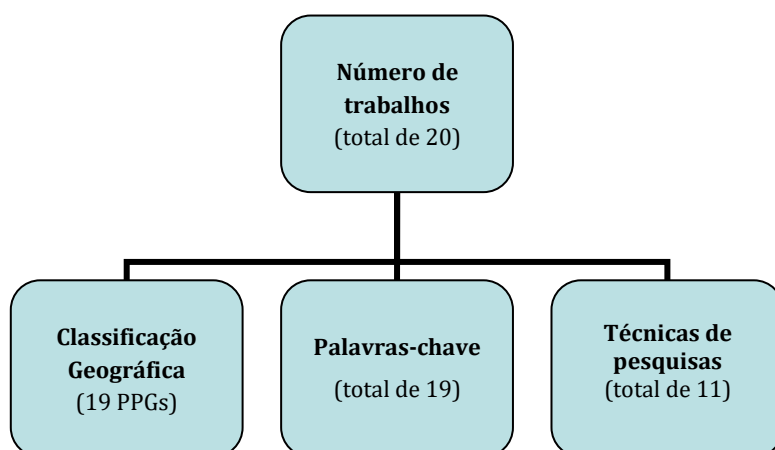
Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Nesse caso, utilizamos como suporte de coleta e, sequencialmente, de análise os repositórios que registram os trabalhos de pós-graduação e nos atentamos em categorizar da seguinte forma: (a) Pré-análise: a escolha de documentos (teses e dissertações), regras de recorte (delimitação dos anos entre 2015 e 2023), preparação do material (mulheres jornalistas ou jornalistas negras); (b) Exploração do material: identificando o corpus dos trabalhos selecionados (título, resumo, palavras-chave e metodologia utilizada); e (c)

Interpretação dos resultados: inferências encontradas (múltiplas abordagens teórico-metodológicas nas teses e dissertações).

Determinamos, contudo, quatro categorias analíticas, sendo: (1) número de trabalhos sobre jornalistas negras e jornalistas mulheres na mídia, essa distinção se deve pelo fato de que muitos trabalhos utilizam apenas as vertentes teóricas em torno do gênero; (2) classificação geográfica dos PPGs; (3) palavras-chave presentes nas teses e dissertações e (4) técnicas de pesquisas utilizadas em cada trabalho. A figura 1 ilustra nossa dinâmica de análise:

Figura 1 - Categorias analíticas das teses e dissertações sobre mulheres jornalistas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

No primeiro momento, nos propusemos a catalogar o número de trabalhos entre os anos de 2015 e 2023 sobre mulheres jornalistas, uma vez que os anos que antecede esse recorte se limitam em investigações apenas sob a ótica do gênero sem a inserção da profissão jornalista. A partir disso, posicionamos cada trabalho em duas colunas (teses e dissertações), classificando a quantidade anual das produções científicas acerca da temática e, por fim, a totalidade dos resultados. A tabela 2, exibida logo a seguir, apresenta os dados obtidos:

Observa-se que os anos de 2015 a 2018 apresentam apenas um trabalho por ano, sendo duas dissertações e uma tese, isso porque o ano de 2017 não cataloga nenhum trabalho sobre a temática. Por outro lado, o ano de 2022 é o que mais se destaca na tabela apresentada acima, apontando sete trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação em comunicação e/ou jornalismo sobre mulheres jornalistas. Outro fator importante é a

prevalência das sujeitas de estudo, isto é, jornalistas mulheres, nas dissertações (16) em comparação com as teses (quatro).

Tabela 2 - Número de trabalhos acadêmicos entre 2015-2023

Ano	Teses	Dissertações
2015	-	1
2016	1	-
2017	-	-
2018	-	1
2019	-	3
2020	1	3
2021	1	1
2022	1	6
2023	-	1
Total	4	16

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco da CAPES (2023) e IBICT (2023).

Embora sejam números relativamente baixos em relação às outras temáticas com predominância de investigação na área da comunicação, como por exemplo, estudos sobre a história da imprensa e os efeitos da mídia, as jornalistas mulheres como centro de análise científica estão ganhando certa notoriedade, mesmo que de forma intimamente ligada aos estudos de gênero. Nesse cenário, identificamos na análise diante das teses e dissertações coletadas que este objeto está sendo investigado sob o recorte de algumas regiões do país, como: Belém-PA; Curitiba-PR; Imperatriz-MA; Natal-RN; Rio de Janeiro-RJ; Roraima-RR e São Paulo-SP.

A partir disso, destacam-se oito trabalhos de pós-graduação que trazem no título o recorte da região estudada diante das sujeitas “mulheres jornalistas”, sendo sete dissertações e uma tese. Os trabalhos que evidenciam ainda no título o recorte da região são investigados, geralmente, através da pesquisa de campo junto a técnica de entrevista, o que será discutido neste artigo mais adiante. Observamos no corpus de cada um desses trabalhos a preocupação em como retratar essas jornalistas mulheres, suas trajetórias, narrativas e analisar sob a ótica do gênero, da representação feminina no âmbito de trabalho e, por ora, no exercício da profissão.

Por essa razão, destacamos quatro trabalhos, dos oito coletados que trazem no título o recorte da região estudada diante das mulheres jornalistas, sendo: (1) *O jornalismo contemporâneo e a mulher jornalista: um estudo sobre gênero dentro da profissão no Estado de São Paulo*, da pesquisadora Jessica de Oliveira Collado Mateos (2019); (2) *As mulheres no jornalismo do Paraná: uma análise de desigualdade de gênero no ambiente de trabalho*, da pesquisadora Ligia Tesser Pereira (2020); (3) *Narrativas da (re)existência: um estudo sobre a*

violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN), da pesquisadora Jadeanny Arruda Silva dos Santos (2022); e (4) *Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro*, da pesquisadora Silvana Lemos de Almeida (2022).

Compreende-se, portanto, que os trabalhos de mestrado e doutorado que apontam a região estudada utilizam como referência e recorte de análise a própria região geográfica dos Programas de Pós-Graduação (PPG), ou seja, as pesquisas que recortam as regiões são exercidas, categoricamente, no mesmo local que os (as) pesquisadores (as) estão vinculados aos Programas. O quadro 1 salienta a distribuição geográfica dos PPGs com pesquisas sobre jornalistas mulheres e refere-se à segunda categoria analítica deste artigo, exibido logo abaixo:

Quadro 1 - Distribuição geográfica dos PPGs com pesquisas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres

Região	UF	PPGs
Sudeste (9)	SP	PPGCOM/UMESP; PPGCOM/FIAM-FAAM; PPGCOM/USCS; PPGCOM/ECA-USP
	MG	PPGCOM/UFJF; PPGCE/UFU; PPGCOM/UFMG
	RJ	PPGCOM/UFF; PPGCOM/UERJ
	BA	PPGCOM/UFRB
	MA	PPGCOM/UFMA
Nordeste (5)	SE	PPGCOM/UFS
	RN	PPGEM/UFRN
	PB	PPGJor/UFPB
Norte (2)	PA	PPGCOM/UFPA
	RR	PPGCOM/UFRR
Sul (2)	PR	PPGJor/UEPG
	RS	PPGCOM/UFRGS
Centro-Oeste (1)	DF	PPGCOM/UNB

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco da CAPES (2023) e IBICT (2023).

Em relação à distribuição geográfica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) com pesquisas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres, como apresentado no quadro 1, totaliza-se dezenove (19) Programas, tendo como predominância a região Sudeste com nove Programas de Pós-Graduação, divididos em três estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), correspondendo a oito Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e apenas um Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação (PPGCE) vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No que concerne à região Nordeste, ressalta-se a presença de cinco Programas de Pós-Graduação, distribuídos em cinco estados (Bahia, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba), com três Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM); um Programa de Pós-Graduação em Estudo da Mídia (PPGEM) e; um Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor).

As regiões Norte e Sul apresentam dois Programas de Pós-Graduação cada uma. A região Norte com dois Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), distribuídos entre os estados do Pará e Roraima. Já em relação à região Sul com um Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) e um Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), divididos no estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. A região Centro-Oeste fecha o quadro com apenas um Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), localizado na Universidade de Brasília (UNB) no campus do Distrito Federal (DF).

Todos os Programas de Pós-Graduação citados neste artigo, destacados por estado e região como exibido no quadro 1, obtiveram trabalhos de mestrado e doutorado sobre a temática “mulheres jornalistas”, se destacando apenas um trabalho de dissertação que investigou, minuciosamente, jornalistas negras, intitulado *Jornalistas da resistência: histórias de vida de jornalistas negras do Rio Grande do Norte* defendido no ano de 2022, no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Compreende-se, todavia, que os trabalhos de pós-graduação aqui selecionados e analisados utilizaram diferentes abordagens investigativas, inclusive, de pontuar mesmo que brevemente as noções de raça junto as questões de gênero no corpus das teses e dissertações. Entretanto, apenas um trabalho se debruçou em destacar, categoricamente, raça e jornalistas como possibilidade de análise, visto que a própria pesquisadora e autora da dissertação, Allyne Camylla Paz de Sousa, é mulher negra e jornalista.

Como já previsto, autoras e militantes negras já salientavam a carência teórica em torno de raça e gênero sob alguns aspectos, ao passo que denominaram de Teoria do Ponto de vista (*Standpoint Theory*) sendo a “[...] discussão sobre as categorias mulher, experiência e política pessoal” diante de determinados assuntos, isto é, “[...] proporcionando um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista” (Bairros, 1995, p. 461-462), mesmo que para isso seja necessário utilizar a experiência de quem produz conhecimento acadêmico-científico para teorizar o assunto.

Diante disso, percorremos para a terceira categoria analítica deste artigo que são as palavras-chave recorrentes nas teses e dissertações, utilizadas como ferramentas para otimizar o resumo sobre um conteúdo ou um tema em específico. Novamente, nota-se que que os vinte trabalhos de pós-graduação destacados neste artigo apresentam diferentes apontamentos teóricos e modelos de análise, por isso identificamos a presença de dezenove (19) palavras-chave que se entrecruzam em cada uma dessas pesquisas.

Antes de tudo, observa-se nas teses e dissertações que as escolhas das palavras-chave, isto é, as ideias mais importantes para efetuar uma análise se deu pelo processo de qual mídia seria investigada junto às sujeitas de estudo (jornalistas mulheres). Identificamos cerca de onze (11) recortes que sucederam a investigação junto ao objeto de estudo, sendo: (1) Assessoria de comunicação; (2) Mídias negras; (3) Jornalismo contemporâneo; (4) Mídia; (5) Redações jornalísticas; (6) Jornalismo esportivo; (7) Jornais impressos; (8) Mercado e docência; (9) Relações-públicas; (10) Cinema; e (11) Redes digitais. A figura 2 apresenta uma nuvem das principais palavras-chave presentes nas teses e dissertações que abordam jornalistas mulheres e os espaços midiáticos que as competem:

Figura 2 - Palavras-chave nas teses e dissertações



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco da CAPES (2023) e IBICT (2023).

No que se refere à temática “mulheres jornalistas”, as palavras mais recorrentes na nuvem acima são “assédio sexual”, “violência de gênero” e “identidade”. Destacamos três dissertações que trazem no próprio título as desigualdades de gênero em torno do assédio sexual no mercado de trabalho, sendo: (1) *O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz-MA*, da pesquisadora Janaína Lopes de Amorim (2021); (2) *Sexismo no jornalismo esportivo: como as mulheres jornalistas vivenciam e lidam com a cultura patriarcal organizacional do esporte*, da pesquisadora Rebeka Vaz da Costa Meirelles (2022); e (3) *O impacto do assédio sexual e da discriminação de gênero na trajetória profissional de mulheres jornalistas*, da pesquisadora Janaina Graciela Moro (2020).

Outro ponto importante é a representação da identidade das mulheres jornalistas no mercado de trabalho. Sob esse ângulo, três trabalhos se dedicaram, exclusivamente, a analisar esse fato: (1) *Home office, o trabalho fora do lugar: uma análise feminista das condições de trabalho das mulheres jornalistas*, da pesquisadora Agatha Cristie Silva (2021); (2) *Memórias de mulheres jornalistas: histórias, mercado e docência*, da pesquisadora Gisllene Rodrigues Ferreira (2018) e; (3) *As jornalistas, os relações-públicas e o trabalho na comunicação integrada: tensões, disputas e (re)definições de identidades*, da pesquisadora Nicole Morihama (2019).

Em suma, palavras como “jornalistas negras”, “racismo”, “jornalismo” e “intersecção” são enquadradas com pouca frequência de uso, visto que apenas uma dissertação se dedicou, minuciosamente, em investigar jornalistas negras e apontar frações do racismo no jornalismo. De todo modo, três dissertações e uma tese apontaram, momentaneamente, certos paradigmas sobre as intersecções de gênero e raça no mercado de trabalho e na produção científica.

Vejamos que para desenvolver esses trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação os respectivos pesquisadores utilizaram diferentes correntes teóricas e técnicas de pesquisa na tentativa de elaborar discussões e providenciar resultados. Para isso, recorreremos em apresentar a quarta e última categoria analítica deste artigo, como bem delineado na tabela 3:

Tabela 3 - Técnicas de Pesquisa utilizadas nas teses e dissertações

Técnicas de pesquisa	Frequência
Entrevista em Profundidade	12
Pesquisa bibliográfica	6

Pesquisa de campo	4
Outros	4
Histórias de Vida	2
Etnografia/Netnografia	2
Análise de Conteúdo	2
Análise do Discurso	2
Análise Crítica do Discurso (ACD)	1
Análise Documental	1
Estudos de Recepção	1
Total	37

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco da CAPES (2023) e IBICT (2023).

Constata-se a presença de onze (11) técnicas de pesquisa que foram utilizadas nas teses e dissertações que retratam mulheres jornalistas, muitas vezes com o uso da triangulação na pesquisa científica, que consiste na combinação de diferentes métodos de pesquisa que auxilia nas estratégias de recolhimento de dados e investigação do objeto. Optamos em dividir a tabela 3 em duas colunas, sendo “técnicas de pesquisa” se referindo a metodologia adotada pelo (a) pesquisador (a) e “frequência”, ou seja, indicando a repetição nas técnicas nas teses e dissertações.

Observa-se que as técnicas de “Entrevista em Profundidade” e “Pesquisa Bibliográfica” se configuram, respectivamente, em doze (12) e seis frequências de uso como critério de análise. Ademais, denominamos como “Outros” as seguintes técnicas: Auxílio do Software SPSS; Economia Política da Comunicação (EPC); Pesquisa Ativista e Arco da Vida, que por sua vez se correlacionam às pesquisas qualitativas e quantitativas.

De todo modo, técnicas como “Histórias de Vida”, “Etnografia/Netnografia”, “Análise de Conteúdo” e “Análise do Discurso” são postulados por um total de duas frequências cada uma. O mesmo ocorre com as técnicas de “Análise Crítica do Discurso (ACD)”, “Análise Documental” e “Estudos de Recepção” com apenas uma frequência cada uma. Em relação à técnica de Pesquisa de Campo, analisamos a presença em quase todos os trabalhos de pós-graduação, de forma exata foram quatro frequências.

Em suma, apresentamos quatro categorias de análise para entender como estão delineadas as pesquisas de pós-graduação sobre jornalistas mulheres e seus respectivos formatos de investigação, entretanto compreendemos que os trabalhos já existentes sobre a

temática, selecionados neste artigo, a depender do ano de defesa se citavam entre si como aporte teórico e caracterização do objeto.

4 Considerações finais

Reiteramos, sistematicamente, a colocação de “jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres” aos nos retratarmos sobre as sujeitas de estudo no corpus deste artigo, mesmo identificando a presença de apenas um trabalho de pós-graduação que examinou, de fato, as questões de gênero e as noções raciais de profissionais mulheres. No entanto, as autoras deste artigo se propuseram em utilizar como posicionamento político e científico o critério da repetição dos nossos objetivos, tendo em vista a ausência e/ou a baixa produção acadêmica-científica na área da comunicação sobre a temática racial.

Destarte, destacamos que as contribuições científicas das teses e dissertações sobre jornalistas mulheres nos auxiliam a entender com maior precisão como o objeto é discutido teoricamente e desenvolvido metodologicamente nos programas e pós-graduação da área, salientando a necessidade de novas produções em torno da temática e os possíveis avanços diante da relevância científica e social. Observa-se que, entre anos de 2015 e 2023, os deslocamentos científicos sobre mulheres jornalistas passam por algumas questões, tais como: assédio sexual no trabalho, violência de gênero e identidade profissional.

No que diz respeito às noções raciais junto às questões de gênero sobre mulheres jornalistas, salientamos algumas vertentes utilizadas nos trabalhos destacados, sendo elas: decolonialidade, racismo e intersecção. Patenteia-se, por assim dizer, a urgência acerca deste objeto nas pesquisas de pós-graduação no país, visto que ainda estamos a passos lentos.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvana Lemos. **Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro**. 2022. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

AMORIM, Janaina Lopes. **O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS). **Normas de funcionamento dos GTs Compós**. Brasília, 2020a.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS). **GTs Compós**. Brasília, 2020b.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOFELDT, Antonio; FRANÇA, Vera; MARTINO, Luiz (org.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BUSCAR e cadastrar grupos de pesquisa na Plataforma Lattes (DGP). **Portal Gov.br**, Brasília, 27 dez. 2023.

CARNEIRO; Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher negra**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CERQUEIRA, Carla; LAGO, Cláudia; NONATO, Cláudia. Comunicação, Mídia e Interseccionalidade: uma relação necessária. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 16, n. 3, p. 1-6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.55923>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes. **Grupo de pesquisa jornalismo e gênero**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/40743>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes. **Coragem - Grupo de pesquisa em comunicação, raça e gênero**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/780480>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes. **Grupo interdisciplinar de estudo, pesquisa e extensão em comunicação, gênero e feminismos - Maria Firmina dos Reis**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/485958>. Acesso em: 31 ago. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília, 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES).
Plataforma Sucupira. Brasília, c2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CRiado, Alex. **Repórteres pioneiras**: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DIAS, Iara de Jesus. **Mulheres jornalistas**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 103-138, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27643>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**, Salvador, v. 4, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v4i2.3490>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FERREIRA, Gisllene Rodrigues. **Memórias de mulheres jornalistas**: histórias, mercado e docência. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê. In: MOTTA, Luiz Gonzaga GOES, Emanuelle. Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes. **Blogueiras Negras**, Salvador, v. 8, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. ; FRANÇA, V., PAIVA, R. e WEBER, M. H. (org.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

IGNACIO, Julia. O que é interseccionalidade. **Politize!**, [s. l.], 20 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Brasília, 2023.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; GOBBI, María Cristina. O campo acadêmico-científico da Comunicação no Brasil: panorama, constituição e perspectivas. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"**, Bogotá, v. 9, n. 2, p. 68-91, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12804/disertaciones.09.02.2016.04>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LAGO, Cláudia; LAGO, Mara; MARTINEZ, Monica. Situação dos estudos de gênero em Comunicação na América Latina: breve olhar a partir do Brasil. In: Oliveira Paulino, Fernando

et al. (org.). **Tradiciones de investigación en diálogo: estudios sobre Comunicación en América Latina y Europa**. Bogotá: Alaic, 2020.

LOPES, Amanda Rezende. **Representação da mulher na mídia: um estudo sobre poder e felicidade femininos**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. **Bulletin: Homophobia and education**, Madison, v. 14, n. 3/4, p. 9, 1983.

MAIA; Maria Aniolly Queiroz. **Sistema de informação da pós-graduação brasileira: avaliação da plataforma sucupira**. 2020. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas: em decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MASSUCHIN, Michele Goulart; CAVASSANA, Fernanda. Comunicação e gênero: uma análise cienciométrica da produção brasileira em periódicos nacionais. **Comunicação e informação**, Goiânia, v. 25, p. 199-222, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ci.v25.67005>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MATEOS, Jéssica de Oliveira Collado. **O jornalismo contemporâneo e a mulher jornalista: um estudo sobre gênero dentro da profissão no Estado de São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

MEIRELLES, Rebeka Vaz da Costa. **Sexismo no jornalismo esportivo: como as mulheres jornalistas vivenciam e lidam com a cultura patriarcal e organizacional do esporte**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; SILVA, Wagner da Costa (org.). **Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero**. Rio Branco: Nepan, 2021.

MORIHAMA, Nicole. **As jornalistas, os relações-públicas e o trabalho na comunicação integrada: tensões, disputas e (re)definições de identidades, da pesquisadora**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Jornalismo) - Centro Universitário FIAM-FAAM, São Paulo, 2019.

MORO, Janaina Graciela. **O impacto do assédio sexual e da discriminação de gênero na trajetória profissional de mulheres jornalistas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NO BRASIL, mulheres são maioria nos cursos de pós-graduação. **Portal MEC - Ministério da Educação**, Brasília, 2017.

PEREIRA, Ligia Tesser. **As mulheres no jornalismo do Paraná: uma análise de desigualdades de gênero no ambiente de trabalho**. 2020. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

SANTOS, Jadeanny Arruda Silva. **Narrativas da (re)existência: um estudo sobre a violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Agatha Cristie. **Home office, o trabalho fora do lugar: uma análise feminista das condições de trabalho das mulheres jornalistas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM). Comunicação antirracista e pensamento afrodiaspórico. **Portal Intercom**, São Paulo, 2021.

SPIZZIRRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu; ABDO, Carmita Helena Najjar. O termo gênero e suas contextualizações. **Diagn Tratamento**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 42-44, 2014.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação no Brasil (1972- 2015)**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

At a slow pace: research on black journalists and/or female journalists in the media in theses and dissertations in Brazil (2015-2023)

Abstract

This work aims to outline the scenario of scientific research on black journalists and/or female journalists in the media, grouping the context of gender and race in media spaces, as the main investigative reference point. It stands out as an update and, for now, a continuation of the discussions proposed by Tomazetti who investigated genealogical dissent on gender studies in the field of communication, which we found does not specifically cover journalists (under the perspective of gender and race), but pays attention to new problematizations. For this reason, there was a brief survey of research carried out in theses and dissertations in Postgraduate Programs in Communication and Journalism, between the years 2015 and 2023 in Brazil. Data were collected from the CAPES Theses and Dissertations Catalog and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. For appropriate purposes, we used the Content Analysis method, based on the guidelines of Bardin, which aims to categorically obtain a description of the content and exploration of the material to be analyzed. There are four theses and sixteen dissertations that come close to the proposed objective. In short, it was found that research on female journalists is still ratified around the analytical object of gender alone. We conclude that only one study, defended in the professional master's degree in journalism at the Federal University of Paraíba, actually analyzes black journalists in the media, without considering only gender or race. The urgency regarding this object in postgraduate research in the country is evident, so to speak.

Keywords

black journalists; female journalists; theses; dissertations

Autoria para correspondência

Michely da Silva Alves
Michely_alvessilva@hotmail.com

Thaís Bueno
thaís.bueno@ufma.br

Como citar

ALVES, Michely da Silva; BUENO, Thaisa Cristina. A passos lentos: pesquisas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres na mídia em teses e dissertações do Brasil (2015-2023). **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, e-137143, 2024. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583.56.137143>

Recebido: 30/11/2023

Aceito: 29/05/2024



Copyright (c) 2024 Michely da Silva Alves, Thaisa Bueno. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.